

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 42 jan-jun 2020 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Arte da pintura*, 1666, óleo sobre tela de Johannes Vermeer.

AMOR PRÓPRIO E IMAGINAÇÃO EM PASCAL

Luís César Oliva¹

Professor, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

lcoliva@uol.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é examinar a concepção pascaliana de imaginação, na sua articulação necessária com a noção de amor próprio. Derivada da teologia agostiana, a noção de amor próprio se identifica com a noção de orgulho e é uma das três concupiscências fundamentais que regem o homem decaído quando este não tem o auxílio da graça. Pascal vai mais longe que Agostinho e faz desta paixão o traço definidor do homem decaído, conduzindo-o na sua relação tirânica com os outros homens. O instrumento do amor próprio para alcançar seus objetivos é precisamente a imaginação, faculdade enganadora que, mesmo contra a razão, faz a estimativa de valor de todos os objetos e é o fator essencial de determinação da felicidade puramente humana.

PALAVRAS-CHAVE: Pascal, imaginação, amor próprio, eu.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq (processo n° 424291/2018-5) e da Fapesp (processo n° (2018/19880-4).

Para Pascal, a conduta humana é inseparável da doutrina teológica das três concupiscências. O orgulho ou amor próprio, a concupiscência fundamental, é a fonte das outras concupiscências (curiosidade e volúpia), e, por conseguinte, é fonte de todas as ações humanas que não sofram intervenção da graça divina, visto que todas as ações humanas têm estas duas origens: a graça ou a concupiscência. A fonte das decisões não é um eu pensante a cuja capacidade fundamental de pensar se associa o modo de pensar que é a vontade, um poder formal pelo qual afirmo, julgo e ajo, ou ao menos penso que ajo, como em Descartes. Em Pascal, a fonte das ações são os princípios do coração, que determinam a vontade. Ora, como após a corrupção o coração se encheu de amor próprio, é dali que surgirão os princípios da vontade, ou seja, os desejos fundamentais. Na carta que escreveu à irmã quando da morte de seu pai, Pascal relata o que foi a corrupção do coração humano em termos de sua capacidade de amar:

Deus criou o Homem com dois amores, um por Deus, outro por si mesmo; mas com esta lei, que o amor por Deus seria infinito, isto é, sem nenhum outro fim além de Deus mesmo, e que o amor por si mesmo seria finito e ligando-se a Deus. (...) O pecado tendo chegado, o homem perdeu o primeiro destes amores; e o amor por si ficou nesta grande alma capaz de um amor infinito; este amor próprio se estendeu e inundou o vazio deixado pelo amor de Deus; e assim ele se amou por si e a todas as coisas por si, isto é, infinitamente (PASCAL, 1963, p. 277).

O amor próprio é este amor de si desmedido, buscando em si uma infinitude perdida com o amor de Deus e que o eu jamais poderá preencher. O fim do homem era Deus, e a carência que sua natureza ainda hoje encontra é a carência de Deus, único objeto infinito e, por isso, capaz de ser o fim e o centro da existência humana. A perda do amor a

Deus e deste centro legítimo se deu, no homem, pela busca do centro no próprio homem. Diz Pascal, no fragmento 430/149², dando voz à Sabedoria de Deus:

Mas não estais, agora, no estado em vos formei. Criei o homem santo, inocente, perfeito; enchi-o de luz e de inteligência; comuniquei-lhe minha glória e minhas maravilhas. Os olhos do homem viam, então, a majestade de Deus. Não se achava nas trevas que o cegam, nem na mortalidade e nas misérias que o afligem. Mas não pôde manter tanta glória sem cair na presunção. Quis tornar-se o centro de si mesmo, independente do meu socorro. Subtraiu-se ao meu domínio; igualando-se a mim pelo desejo de encontrar sua felicidade em si mesmo, abandonei-o; revoltando as criaturas que lhe estavam submetidas, tornei-as suas inimigas: de maneira que, hoje, o homem tornou-se semelhante aos animais, e num tal afastamento de mim que apenas lhe resta uma luz confusa do seu autor, de tal forma se extinguíram ou perturbaram todos os seus conhecimentos! (PASCAL, 1971, p. 139).

A proporção de Adão com Deus não se dava por Adão ser infinito (o que, como criatura, ele não era), mas porque Deus lhe dava essa inteligência, comunicava-lhe essa glória. Não era algo devido à natureza humana, mas concedido por Deus. Ao ver-se tão grandioso, o homem encheu-se de orgulho e quis ver-se como centro de si mesmo, como autor de sua própria felicidade, desviando seu desejo de Deus para si mesmo. O pecado foi esta escolha de abandonar uma proporcionalidade concedida por Deus em nome de uma proporcionalidade autônoma, ou melhor, em nome da ilusão de que, ao centrar-se em si mesmo, o homem não teria mais o problema da desproporcionalidade. No entanto, o resultado foi igualar-se aos animais, na mediocridade dos meios, embora mantendo o

2 Seguimos, respectivamente, a numeração Brunschvicg e Lafuma.

desejo do infinito como fim, o que o faz necessariamente infeliz, a não ser que mergulhe no divertimento.

É este centramento em si mesmo que, sendo frustrado, torna-se descentramento e institui o reino do amor próprio, que Pascal identifica com o eu:

100/978: A natureza do amor próprio e desse eu humano é não amar senão a si e não considerar senão a si. A que pode levar? Não poderá impedir que esse objeto que ama esteja cheio de defeitos e misérias: quer ser grande e acha-se pequeno; quer ser feliz e acha-se miserável; quer ser perfeito e acha-se cheio de imperfeições; quer ser o objeto do amor e da estima dos homens, e vê que seus defeitos só merecem deles aversão e desprezo. Esse embaraço em que se acha produz nele a mais injusta e criminosa paixão que se possa imaginar; pois concebe um ódio mortal contra essa verdade que o repreende e o convence de seus defeitos. Desejaria aniquilar essa verdade e, não podendo destruí-la em si mesmo, a destrói quanto pode em seu conhecimento e no dos outros; isto é, põe todo o seu cuidado em encobrir os próprios defeitos a si mesmo e aos outros, e não suporta que o façam vê-los, nem que os vejam (PASCAL, 1971, p. 64).

Se em Descartes a natureza do eu é pensar, em Pascal a natureza do eu é amar a si próprio acima de todo o resto. Se houvesse um atributo principal em Pascal, seria esse, mas a que isto leva? Além da finitude de si mesmo como objeto de amor, o que se contrasta com a infinitude de Deus, amado antes da queda, o eu é cheio de defeitos, que contrariam a expectativa contida no desejo. O eu se quer grande e se acha pequeno, se quer feliz e se acha miserável, e, principalmente, o eu quer ser o objeto de amor dos outros homens e se vê rejeitado. A impossibilidade de amar-se infinitamente não é limitada pela capacidade de amar-se, cuja infinitude restou da primeira natureza. Se lhe é impossível amar-se infinitamente é devido à finitude do homem como objeto de amor, daí

a necessidade de preencher sua capacidade infinita com infinitos objetos finitos, visando o seu próprio prazer, mas também o desejo de conseguir o amor dos outros homens, como se a multiplicidade de amantes pudesse ocultar a finitude do objeto amado. Como diz o fragmento 457/668: “Cada um é tudo para si mesmo, pois, ao morrer, tudo morre para ele. Daí o fato de cada um pensar ser tudo para todos. Cumpre não julgar a natureza por nós, mas por ela” (Pascal, 1971, p. 151). Crer-se tudo para todos é fazer-se o centro não só do seu eu, mas de todos os eus, buscando substituir a insuficiência intrínseca do centro, que não é mais Deus, pelo reconhecimento dos outros de que eu sou o centro, reconhecimento que se dá por meio do amor. Como diz Marion, “para que eu seja, é preciso que seja amado, não apenas conhecido” (Marion, 1986, p. 345). Daí que a rejeição e o desprezo dos outros me seja insuportável, visto que implica a negação de minha própria existência como centro. Por isso o complemento necessário do amor próprio é o ódio ao conhecimento da minha imperfeição, conhecimento que o eu faz tudo para ocultar, de si próprio e dos outros, uma vez que a destruição desta imperfeição não está ao seu alcance. Logo o amor próprio é, no limite, um ódio à verdade.

A injustiça deste sentimento é manifesta:

100/978: (...) É, sem dúvida, um mal ter tantos defeitos; mas é ainda um mal maior estar cheio deles e não querer reconhecê-los, pois é ajuntar-lhes ainda o de uma ilusão voluntária. Não queremos que os outros nos enganem; não achamos justo que queiram ser estimados por nós mais do que merecem; não é, portanto, justo também que os enganemos e queiramos que nos estimem mais do que merecemos.

Assim, quando os outros só descobrem em nós imperfeições e vícios, que na realidade temos, é claro que não nos prejudicam,

pois não são eles os causadores dessas imperfeições, e que nos fazem um benefício, pois nos ajudam a livrar-nos desse mal que é a ignorância das imperfeições. Não devemos zangar-nos pelo fato de eles as conhecerem e nos desprezarem, pois é justo que nos conheçam pelo que somos, e que nos desprezem se somos desprezíveis. Tais seriam os sentimentos naturais de um coração cheio de equidade e justiça. Que devemos dizer do nosso, vindo nele uma disposição tão contrária? Pois não é que odiamos a verdade e os que no-la dizem? Que desejamos que se enganem, com vantagem para nós, e que nos tomem por outros, diferentes do que somos na realidade? (PASCAL, 1971, p. 64).

Se os defeitos são um mal, maior mal é tê-los e ignorá-los. Por isso essa ignorância é um mal e denunciá-la é um bem, denúncia que só pode dar-se, afetivamente, com o desprezo dos outros por nós. Este desprezo é justo, como reconhecemos ser justo o nosso desprezo por eles na medida em que também não são o centro do universo. Ao fazê-lo, fazemo-lhes um bem que também deveríamos desejar para nós, e de fato o desejaríamos se tivéssemos um coração justo. Mas não é o que acontece. Para nós, queremos a ilusão, o engano, queremos ser vistos como se fôssemos outros, superiores ao que somos, perfeitos, por isso resistimos tanto ao sacramento da confissão, pois é um reconhecimento, ainda que modesto (pois deveria ser público e não é), de que somos o que somos e não este outro eu ideal. Sofremos revelá-lo ao confessor porque isso também nos revela a nós mesmos, o que contraria nosso impulso fundamental de amor próprio.

Diz Pascal:

100/979: (...) Há diferentes graus nessa aversão à verdade; mas pode-se dizer que até certo ponto ela existe em todos, porque é inseparável do amor próprio. Assim, essa falsa delicadeza é que obriga os que têm necessidade de repreender os outros a escolher tantos rodeios e manejos para não feri-los. Precisam diminuir os

nossos defeitos, fingir desculpá-los, misturar louvores e testemunhos de afeição e estima. E, mesmo assim, esse remédio não deixa de ser amargo ao amor próprio. Tomamos dele o menos que podemos, e sempre com repugnância, e muitas vezes com um secreto despeito contra os que no-lo apresentam. Por isso acontece que, quando alguém tem interesse em ser amado por nós, foge de prestar-nos um serviço que sabe ser-nos desagradável; trata-nos como desejamos ser tratados: odiamos a verdade, a verdade nos é ocultada; desejamos ser adulados, adula-nos; gostamos de ser enganados, engana-nos. Por isso, cada degrau na escada da fortuna, que nos eleva no mundo, afasta-nos mais da verdade, pois teme-se mais ferir aqueles cuja afeição é mais útil e cuja aversão mais perigosa (PASCAL, 1971, p. 65).

A aversão ou ódio à verdade de nossa miséria não é acidental, mas constitutiva do amor próprio, portanto todos têm algum grau desta aversão. Por isso a revelação dos outros de que têm a medida da nossa pequenez é sempre dosada com as falsas gentilezas. Não por amor a nós, mas porque, embora nos desprezem, não deixam de desejar o nosso amor, o que perdem quando se tornam porta-vozes, mesmo que gentis, de nossa verdadeira condição. Por isso, conforme o interesse por nós cresce, tanto menos os outros se disporão a nos revelar nosso engano, e alimentarão nossa ilusão, tal como alimentamos a deles. Todos se sabem enganadores, mas não suportam ver-se enganados. Por isso, diz Pascal:

100//978: (...) Um príncipe pode tornar-se o divertimento de toda a Europa, e ser o único a ignorá-lo. Não me admira: a verdade é útil àquele a quem é dita, mas desvantajosa para os que a dizem, porque se tornam odiosos. Ora, os que vivem com os príncipes preferem os seus interesses aos do príncipe que servem; por isso, não se preocupam em proporcionar-lhe uma vantagem, prejudicando-se a si mesmos. Essa infelicidade é, sem dúvida, maior e mais comum nas fortunas mais avantajadas; mas as menores não lhe escapam, porque há sempre algum interesse em se tornar amável. Assim, a vida humana nada mais é que uma perpétua ilusão; não fazemos outra coisa senão nos enganarmos e

adularmos mutuamente. Ninguém fala de nós em nossa presença como fala em nossa ausência. A união existente entre os homens assenta apenas nesse mútuo engano; e poucas amizades subsistiriam se todos soubessem o que deles dizem os amigos quando não estão presentes, mesmo quando falam com sinceridade e sem paixões (PASCAL, 1971, p. 66).

Com isso Pascal pode terminar o fragmento dizendo que somos disfarce, mentira e hipocrisia, para os outros e para nós mesmos. Isto, evidentemente, é contrário à justiça e à razão, mas não é um equívoco pontual. Ao contrário, este comportamento está naturalmente enraizado no coração do homem, visto que o amor a si próprio tornou-se sua natureza.

Tal ação do amor próprio, desdobrada em ocultamento e mesmo ódio da verdade, incluindo a construção de uma falsa imagem de si, só é possível graças à imaginação. A associação de amor próprio e imaginação fica evidente quando Pascal denomina esta última de “potência soberba”. A soberba, ou orgulho, é um outro nome para o amor próprio, e este pode tornar-se um adjetivo para qualificar uma potência na medida em que esta se impõe inexoravelmente sobre outra potência que se lhe opõe e se pretende infalível, a razão. Como explicam Bras e Cléro, “Esta soberba, a imaginação a tira de sua oposição à razão, que dela faz prova tanto quanto ela na sua pretensão a tudo conhecer e a tudo fundar: ‘Esta soberba potência do raciocínio, que pretende dever ser juíza das coisas que a vontade escolhe’ (OC, 355a). Portanto a soberba circula de uma à outra: a vaidade da imaginação humilha a razão em suas ambições dominadoras e se dá desta maneira uma real consistência” (BRAS; CLÉRO, 1994, p. 14). Isto pode ocorrer porque a concupiscência humana, o amor-próprio, derrama-se sobre a ordem dos espíritos, como curiosidade, e sobre a ordem dos corpos, como volúpia, fazendo da integralidade

do real, da qual se compõem as partes do homem, um instrumento de satisfação de seu desejo de ser o centro do universo. O real, porém, só pode ser instrumentalizado para a satisfação do amor próprio por meio da imaginação. É ela, e não a razão, que dá valor às coisas: “82/44: (...) Por mais que a razão grite, não pode valorizar as coisas” (PASCAL, 1971, p. 59). “84/551: A imaginação amplia os pequenos objetos até encher-nos a alma com eles, em uma avaliação fantasista; e numa insolência temerária diminui os grandes e os reduz à sua medida, como ao falar de Deus” (PASCAL, 1971, p. 62). É a maneira como a imaginação toma os objetos que os faz estimados ou menosprezados, não a concepção da razão. E de que valeria o conceito racional de Deus, se não se pudesse amá-lo? No limite, é a imaginação que constitui a realidade em que se dá a existência de um indivíduo cujo traço mais forte é o amor. Como explicam Bras e Cléro: “Quando a razão aparece, a imaginação já constituiu as coisas. Um mundo onde as coisas não teriam valor não seria um mundo: o espaço da geometria é impossível de se viver.” (BRAS; CLÉRO, 1994, p. 18)

Da mesma maneira que constrói um mundo amável, a imaginação também constrói uma imagem de si que faça do homem um ser amável e produza assim a satisfação do amor-próprio. Como diz o fragmento 147/806:

Não nos contentamos com a vida que temos em nós e no nosso próprio ser: queremos viver na ideia dos outros uma vida imaginária, e, para isso, esforçamo-nos por parecer. Trabalhamos incessantemente para embelezar e conservar nosso ser imaginário e negligenciamos o verdadeiro. E se temos tranquilidade, ou generosidade, ou fidelidade, apressamo-nos em fazê-lo saber, a fim de ligar essas virtudes a esse nosso outro ser; e de bom grado as destacaríamos de nós para juntá-las a ele; e seríamos prazerosamente poltrões para adquirir a reputação de corajosos. Grande marca do vazio do nosso próprio ser, não estar satisfeito com um sem o

outro, e renunciar muitas vezes a um pelo outro! Pois quem não morresse para conservar sua honra seria infame (PASCAL, 1971, p. 77).

Ou seja, vivemos para uma vida imaginária que não é propriamente a nossa, mas nos determina a ponto de nos submeter, porém esta submissão é aceita voluntariamente, na medida em que, ao fazê-lo, estamos alimentando nosso próprio ser imaginário. Daí que a submissão nos pareça doce.

E o que é esta imaginação, que determina nossa vida e nos submete a uma justiça que só interessa aos fortes?

82/44: É essa parte dominante no homem, essa senhora de erro e falsidade, tanto mais velhaca quanto não o é sempre; pois seria regra infalível da verdade se o fosse infalível da mentira. Mas, sendo o mais das vezes falsa, não dá nenhuma marca de sua qualidade, emprestando o mesmo caráter ao verdadeiro e ao falso (PASCAL, 1971, p. 58).

Pascal chama a imaginação de faculdade enganadora, e tanto mais enganadora porque não é sempre falsa. Se a imaginação nunca estimasse corretamente os objetos, ela serviria de critério negativo de verdade. Mas nem isso podemos afirmar, o que nos torna reféns dela. Ao mesmo tempo, ela é dita parte dominante no homem. Ou seja, não é uma potência como as outras (razão e sentidos), mas superior a elas, sobre-determinando-as, justamente pela ligação estreita que a vida imaginária tem com o núcleo do nosso eu, o amor-próprio. Por isso, diz Pascal:

82/44:(...) Essa soberba potência inimiga da razão, que se compraz em controlá-la e em dominá-la para mostrar quanto pode em todas as coisas, estabeleceu no homem uma segunda natureza. Tem seus felizes, seus infelizes, seus sãos, seus doentes, seus ricos, seus pobres; faz crer, duvidar, negar a razão; suspende os sentidos,

fã-los sentir; tem seus loucos e seus sábios: e nada nos despeita mais do que ver que enche seus hóspedes de uma satisfação bem mais plena e completa do que a razão (PASCAL, 1971, p. 58).

Não é argumentativa a superioridade da imaginação. Se estivéssemos nesse nível, a razão venceria (porque convenceria). A imaginação domina a razão porque pode oferecer uma felicidade que a segunda não pode. A razão, aliás, sem ser sobredeterminada pela imaginação, só aponta para nossa infelicidade. Diz Pascal: “(...) [a imaginação] não pode tornar sábios os loucos; mas os torna felizes, ao contrário da razão, que só pode tornar seus amigos miseráveis: uma cobrindo-os de glória, a outra de vergonha” (Pascal, 1971, p. 59). E como a imaginação pode trazer esta felicidade imaginária? Diz o mesmo fragmento: “Quem dispensa a reputação? Quem dá o respeito e a veneração às pessoas, às obras, às leis, aos grandes, senão essa faculdade imaginativa? Como todas as riquezas da terra são insuficientes sem o seu consentimento!” (PASCAL, 1971, p. 59). Se a felicidade é a realização do desejo de centralidade do amor-próprio, é na estima dos outros e de si mesmo que ela se colocará. Ora, é a imaginação que pode virar esta estima em nosso favor. Por isso, a imaginação, como dirá Pascal logo depois, faz a beleza, a justiça e a felicidade.

Poderíamos concluir então que a imaginação é a marca do povo, ou, no máximo, dos semi-sábios? Não, ela é a marca da natureza humana corrompida, tanto quanto o amor-próprio, do qual é inseparável, de modo que mesmo a razão, embora em si mesma oposta à imaginação, deixa-se perturbar por ela. Por isso os sábios, tanto quanto os loucos, são reféns da imaginação, seja porque esta determina pela vontade o ponto de vista da razão, seja porque simplesmente a paralisa:

82/44: (...) O maior filósofo do mundo, sobre uma tábua, por mais larga que seja, se houver embaixo um precipício, embora a razão o convença de sua segurança, a imaginação prevalecerá. Muitos não poderiam pensar sequer nisso sem empalidecer e suar. (...) Razão divertida que um vento move em todos os sentidos (PASCAL, 1971, p. 59).

As instituições sociais, que mediam as lutas dos egos pela centralidade, nem sempre podem ser garantidas pela força. Daí a necessidade de explorar essa brecha dada pelo império doce e voluntário, ainda que provisório, da imaginação. Isto explica por que, quanto menos forte for a instituição, mais ela dependerá do recurso à imaginação:

82/44: (...) Se [os magistrados] possuíssem a verdadeira justiça e os médicos fossem senhores da verdadeira arte de curar, não teriam o que fazer da borla e do capelo; a majestade destas ciências seria bastante venerável por si própria. Como, porém, possuem apenas ciências imaginárias, precisam tomar esses instrumentos vãos que impressionam as imaginações com que lidam; e destarte, com efeito, atraem o respeito. Só os homens de guerra não estão disfarçados assim, porque na realidade a sua parte é mais essencial: estabelecem-se pela força, ao passo que os outros o fazem por caretas (PASCAL, 1971, p. 60).

A eficácia deste sistema imaginário que rege as relações humanas é, contudo, limitada, e o eu, mais cedo ou mais tarde, revela sua natureza.

455/597: O eu é odioso: vós, Miton, vós o cobris, não o tirais, por isso: continuais, portanto, sendo odioso. – Não, porque agindo como fazemos, cortesmente com todos, não há motivo para que nos odeiem. – Isso seria verdadeiro se apenas se odiasse no eu o desprazer que nos causa. Mas, se eu o odeio porque é injusto que se torne o centro de tudo, odiá-lo-ei sempre (...) (PASCAL, 1971, p. 150).

A gentileza e a discrição são uma estratégia inútil, pois não é por sua presença que o eu incomoda. Se fosse isso, o recurso da etiqueta, também fundado na imaginação, bastaria. Mas, ao contrário, o eu nos é odioso porque se põe como centro. A etiqueta que oculta o eu faz que os outros não sintam a tentativa dele de submetê-los, o que reduz seu incômodo, mas não pode neutralizar sua injustiça de se ver como centro, visto que lhe é constitutiva e portanto o põe como resistente à tentativa dos outros de se verem também eles como centros. Não vê-lo como centro é não amá-lo, ou seja, é odiá-lo, negando-lhe por isso o reconhecimento de seu próprio ser. Num universo de indivíduos como amores próprios, o ódio recíproco é uma consequência necessária, pois amar só a si é necessariamente odiar os outros. Daí a necessária tirania do eu:

455/597: (...) Numa palavra, o eu tem duas qualidades: é injusto em si, fazendo-se o centro de tudo; é incômodo aos outros, querendo sujeitá-los: pois cada eu é o inimigo e desejaria ser o tirano de todos os outros. Tirais dele a incomodidade, mas não a injustiça; e, assim, não o tornais amável aos que odeiam a sua injustiça: vós o tornais amável apenas aos injustos, que nele não descobrem mais o seu inimigo; e assim continuais injusto e só podeis agradar os injustos (PASCAL, 1971, p. 150).

O eu é injusto em si por fazer-se centro, e incômodo aos outros por querer sujeitá-los. O problema é que ocultar o segundo aspecto não muda o primeiro e, além disso, o ocultamento não é tampouco capaz de eliminar totalmente o segundo aspecto porque este é uma consequência necessária do primeiro. A injustiça do eu faz que queira o amor dos outros, como mostra o fragmento 477/421:

É falso que sejamos dignos de que os outros nos amem: é injusto que os queiramos. Se nascêssemos razoáveis, indiferentes e conhecendo-nos a nós e aos outros, não daríamos essa inclinação à nossa vontade. Nascemos, no entanto, com ela: nascemos, portanto,

injustos, pois tudo tende para si mesmo. Isso é contra toda ordem: é preciso tender para o geral; e a tendência para si é o começo de toda desordem, na política, na economia, no corpo particular do homem. A vontade está, pois, depravada (PASCAL, 1971, p. 154).

Tirar o incômodo e ocultar a tirania é um paliativo que só tem algum efeito para os outros eus injustos, que creem ter conquistado meu amor, iludindo-se com o ocultamento da minha tirania na medida em que creem estar expandindo a deles próprios. Quanto aos que odeiam a injustiça, os verdadeiros cristãos, a gentileza é inócua, pois estes desejam que tudo e todos se voltem para Jesus Cristo. Porém há uma outra dimensão da tirania que também não se separa da injustiça. O fragmento 471/396 nos diz:

É injusto que se liguem a mim, embora o façam com prazer e voluntariamente. Enganaria aqueles em quem fizesse nascer esse desejo, pois não sou o fim de coisa alguma e não tenho com que satisfazê-los. Não estarei prestes a morrer? Conseqüentemente, o objeto de seu afeto morrerá. Por isso, assim como seria culpado se fizesse acreditar numa falsidade, embora a ela induzindo suavemente e sendo crido com prazer, e dando-me prazer a mim próprio da mesma forma, sou culpado de me fazer amar. E, se levo alguém a devotar-se a mim, devo advertir os que estiverem dispostos a consentir na mentira que não deverão acreditar, seja qual for a vantagem que me advenha; e, ainda, que não devem apegar-se a mim; pois é necessário que passem a vida e gastem seus desvelos na adoração de Deus, ou na sua procura (PASCAL, 1971, p. 153).

Mesmo que o jogo imaginário garanta prazer para todos, é injusto que se liguem a mim, pois eu, como ser finito e transitório, não posso ser fim nem centro, sendo incapaz de oferecer, como objeto de amor, a felicidade que o amante espera do amado. Entre o prazer imaginariamente obtido e a felicidade buscada, a defasagem é insuperável. Em outras palavras, sou desproporcional ao amor e mesmo infinitamente despro-

porcional, pois o amor é de outra ordem. Mesmo que, corrompido, o eu volte seu amor para si mesmo, esta concupiscência está destinada a uma insatisfação essencial. Diferentemente da volúpia, cujo objeto é de fato o prazer material, e da curiosidade, cujo objeto é de fato as conquistas do intelecto, o amor próprio só se satisfaz com a real centralização do eu em si mesmo, o que só seria possível se não houvesse uma sede de infinito. Por isso a satisfação desse desejo só pode dar-se numa dimensão sobrenatural, na qual, paradoxalmente, o amor próprio deixará de ser concupiscência para tornar-se caridade. É esta necessidade de mudança de ordem que o eu odioso tenta ocultar fazendo-se amável, mas não pode ter sucesso em fazê-lo, porque a tirania sobre os outros, disfarçada imaginativamente, é consequência de uma tirania do eu pensante, que poderia ter uma posição central na ordem dos espíritos, mas tenta ser o centro também na ordem da caridade. É aí que fracassa. A tirania fundamental não é sobre os outros, mas sobre as ordens de realidade de que o próprio eu participa, as quais no entanto não permitem ser tiranizadas:

332/58: A tirania consiste no desejo de dominação, universal e fora de sua ordem. Diversas assembleias de fortes, de belos, de bons, de piedosos espíritos, cada qual reinando em sua casa, não fora, e às vezes, quando se encontram, batendo-se tolamente, o forte e o belo, para decidir quem será o senhor um do outro, pois sua senhoria é de gêneros diversos. Não se entendem, consistindo seu erro em querer reinar por toda parte. Ora, nada o pode, nem mesmo a força: esta não faz nada no reino dos sábios; só é senhora das ações exteriores (PASCAL, 1971, p. 119).

Como diz Marion: “Uma tal pretensão a tomar o centro, antes de toda falta moral, resulta de uma falta lógica: desconhecer a heterogeneidade e a hierarquia das ordens. Quando o ego cartesiano se pretende ‘independente’ em moral porque ele o é em pensamento, ele peca contra o rigor, antes mesmo de pecar contra Deus...” (MARION, 1986, p. 347).

O fracasso, no entanto, não implica o abandono do projeto tirânico, porque o movimento imaginário do amor próprio que o produz é uma consequência necessária de nossa condição. Libertar-se da tirania, tanto na posição de tirano quanto na de tiranizado, depende de renunciar à independência e à centralidade:

476/373: É preciso amar só a Deus e só odiar a si mesmo. Se o pé tivesse sempre ignorado que pertence ao corpo e se houvesse um corpo de que ele dependesse, se só tivesse tido o conhecimento e o amor de si e viesse a conhecer que pertence a um corpo do qual depende, que desgosto, que confusão na sua vida passada, por ter sido inútil ao corpo que lhe insuflou a vida, que o teria aniquilado se o tivesse rejeitado e separado de si, como ele se separava dele! Que súplicas para que nesse corpo fosse conservado! E com que submissão se deixaria governar pela vontade que rege o corpo até consentir em ser amputado se preciso! Ou perderia sua qualidade de membro, pois é necessário que todo membro consinta em perecer pelo corpo, que é o único para o qual tudo existe (PASCAL, 1971, p. 154).

Tal movimento de renúncia, porém, só pode vir por inspiração divina, visto que, sem esta, implicaria um ódio a si diretamente contraditório com o amor próprio que constitui o mais íntimo do eu. Por outro lado, com a graça, o amor de si se juntará ao amor a Deus, agora recuperado, e por isso esse amor de si deixará de ser amor próprio para tornar-se parte da caridade: 483/372: “(...) Ele não poderia por sua natureza amar outra coisa senão por si mesmo e para sujeitá-la a si, pois cada coisa se ama acima de tudo. Mas, amando o corpo, ama-se a si próprio, porque só tem ser nele, por ele e para ele (...)” (PASCAL, 1971, p. 156). Enquanto isto não vem, todavia, só nos resta imaginar.

SELF-LOVE AND IMAGINATION IN PASCAL

ABSTRACT: The purpose of this article is to examine Pascal's conception of imagination in its necessary articulation with the notion of self-love. Derived from Augustinian theology, the notion of self-love is identified with the notion of pride and is one of the three fundamental cupidities that rule the fallen man when he is not under the action of divine grace. Pascal goes further than Augustine and makes this passion the defining feature of the fallen man, leading him in his tyrannical relationship with other men. The instrument of self-love to achieve its goals is, precisely, imagination, a deceptive faculty that, even against reason, estimates the value of all objects and is the essential factor in determining purely human happiness.

KEYWORDS: Pascal, imagination, self-love, self.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRAS, G., CLÉRO, J-P. (1994). *Pascal. Figures de l'imagination*. Paris: PUF.
- MARION, J.-L. (1986). *Sur le prisme métaphysique de Descartes*. Paris: PUF.
- PASCAL, B. (1963). *Oeuvres Complètes*. Paris: Seuil.
- PASCAL, B. (1971). *Pensamentos*. In *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.